



Concurso Público para provimento de cargos de
Auxiliar Judiciário

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'X', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida consulta de qualquer natureza ou espécie.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

Atenção: As questões de números 1 a 8 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Reconhecida internacionalmente por sua criatividade e pela conquista de sucessivos prêmios em festivais especializados, a publicidade brasileira alcançou tal prestígio pela qualidade técnica e estética com que recobre os produtos anunciados de um tratamento competente em matéria de linguagem.

O termo propaganda se aplica mais à difusão de ideias – políticas e religiosas, por exemplo. Durante séculos missão imperiosa de profetas, evangelistas e apóstolos, a propaganda foi e continua sendo um propósito das religiões. Ser propagandista, no entanto, já foi profissão, sobretudo de vendedores e demonstradores de remédios. Fazer propaganda foi sinônimo de "vender o peixe", tanto no sentido de passar uma ideia adiante quanto de, literalmente, vender um produto. A propaganda continua sendo a alma do negócio, mas, neste caso, sinônimo de publicidade.

Publicidade é um termo originalmente vocacionado para a vida pública, a livre e plural circulação de ideias. Portanto, para a democracia. Publicar era próprio dos reinos, impérios, estados e, por fim, das repúblicas. Antítese de segredo, a publicidade atendia aos interesses dos governantes em informar e aos das pessoas em querer saber dos assuntos importantes. Publicistas foram "ilustres homens públicos", difusores de grandes propostas de mudanças e, portanto, advogados de grandes causas, a exemplo dos pensadores iluministas em relação à Revolução Francesa. Grandes persuasores de ideias avançadas e emancipatórias faziam uso de sua capacidade de falar, de escrever ou de publicar, para liderar grandes mudanças de governos e de regimes políticos.*

Com o advento de uma imprensa de massa, o que se denominava de publicidade não era o anúncio de produtos, mas simplesmente o tornar público. A presença dos apelos comerciais nas páginas dos jornais e revistas brasileiros só se tornou rotineira no século XX. A linguagem publicitária que então se estabeleceu como norma competente não procurou dar primazia às competências funcionais dos produtos, bens e serviços anunciados, mas sim enfatizar as supostas

propriedades simbólicas, mágicas, verdadeiros fetiches ilusionistas. Sem deixar de se referir à utilidade e à qualidade dos produtos anunciados, as mensagens publicitárias buscaram especialmente construir atmosferas fantasiosas para sua apresentação, de modo a prevalecer sobre a face material das coisas um sonho fabricado. E a transformação da publicidade em fábrica de sonhos se deve muito mais a uma cultura profissional do que a uma constatação científica de que mais vale envolver coisas em sonhos do que falar das excelências técnicas e práticas.

* **persuasor** – aquele que convence alguém de alguma coisa

*(Realidade ou fantasia segundo a publicidade, in **Discutindo Língua Portuguesa**. São Paulo: Escala educacional, ano 2, nº 14, p. 36 a 39, com adaptações)*

1. O texto evidencia, sobretudo,
 - (A) a influência das religiões na maneira atual de se fazer propaganda, tanto de novas ideias quanto dos princípios básicos de qualquer teoria.
 - (B) os problemas de ordem política enfrentados pelos mais diversos governantes ao longo da história, no sentido de propiciar a divulgação de seus atos.
 - (C) a importância da linguagem na difusão de ideias, sejam elas voltadas para causas relevantes, sejam elas destinadas ao comércio de produtos e serviços.
 - (D) as referências feitas pela publicidade às figuras ilustres do passado, que defenderam novas ideias, especialmente na França.
 - (E) a necessidade de criatividade e originalidade dos propagandistas na divulgação de bens e serviços, na atual concepção dos apelos comerciais.
2. O desenvolvimento do texto se faz
 - (A) de modo a oferecer uma visão crítica dos abusos cometidos por divulgadores de produtos, ao manipular, com fantasias, a opinião pública.
 - (B) mediante o reconhecimento internacional conquistado pela publicidade brasileira, um prestígio que se traduz em inúmeros prêmios.
 - (C) por meio da oposição entre a liberdade total de circulação de ideias, que caracterizava a publicidade, e seu controle pela imprensa no século XX.
 - (D) a partir do registro histórico da evolução da propaganda brasileira, especialmente pela escolha de uma linguagem mais técnica e prática.
 - (E) com base na transformação do sentido original do termo publicidade, desde a ampla circulação de ideias até o convencimento para o consumo.



<p>3. <i>Portanto, para a democracia.</i> (3º parágrafo)</p> <p>Com a afirmativa acima, identifica-se no contexto</p> <p>(A) conclusão, tendo em vista que um regime democrático pressupõe a livre circulação das mais variadas ideias.</p> <p>(B) ressalva, já que deveria haver publicidade em todos os regimes políticos, até mesmo em reinados.</p> <p>(C) explicação necessária em razão da oposição que surge em seguida, quanto ao segredo inerente a alguns sistemas de governo.</p> <p>(D) finalidade, no sentido de que um regime político deve ter sempre por base a divulgação de todos os seus atos.</p> <p>(E) causa, que justifica o uso da propaganda na defesa de projetos e ideias, tanto na área política quanto na religiosa.</p>	<p>6. O sentido da expressão está corretamente transposto em outras palavras em:</p> <p>(A) <i>pela conquista de sucessivos prêmios</i> = em busca de maior reconhecimento.</p> <p>(B) <i>um tratamento competente em matéria de linguagem</i> = com o uso de linguagem correta.</p> <p>(C) <i>um propósito das religiões</i> = de fundo principalmente religioso.</p> <p>(D) <i>advogados de grandes causas</i> = defensores de importantes princípios.</p> <p>(E) <i>o advento de uma imprensa de massa</i> = a divulgação pública de informações.</p>
<p>4. Segundo o texto, o termo <i>publicidade</i></p> <p>(A) foi aplicado a uma profissão que se associou, ao longo da história, a um vasto conhecimento e domínio da arte de falar e de escrever.</p> <p>(B) teve seu sentido original alterado por grandes líderes, que defenderam ideias até mesmo revolucionárias em sua época.</p> <p>(C) sofreu redução de seu sentido original a uma situação particular de comercialização de produtos, na atualidade.</p> <p>(D) foi identificado com a capacidade oral, demonstrada por grandes figuras históricas, de propor mudanças políticas e religiosas.</p> <p>(E) abrangeu objetivos idênticos, desde sua origem, aos que caracterizaram a propaganda ao longo do tempo.</p>	<p>7. <i>Fazer propaganda foi sinônimo de "vender o peixe"...</i> (2º parágrafo)</p> <p>As aspas empregadas na frase acima</p> <p>(A) assinalam a introdução de elemento de origem estrangeira, incorporado ao idioma.</p> <p>(B) reproduzem fielmente a fala de um interlocutor que se encontra fora do contexto.</p> <p>(C) indicam uma frase cujo sentido é desnecessário no contexto, por ser repetitivo.</p> <p>(D) acentuam a diferença, apresentada no contexto, entre publicidade e propaganda.</p> <p>(E) chamam a atenção para uma expressão que apresenta duplo sentido no contexto.</p>
<p>5. Considere o último parágrafo do texto.</p> <p>I. Pesquisas científicas embasam os recursos utilizados por publicitários como forma de chamar a atenção pública para determinados produtos.</p> <p>II. O caráter massificador da imprensa no século XX transformou a publicidade em importante aliada dos publicistas, na divulgação pública de bens e serviços.</p> <p>III. Publicitários dão preferência às fantasias dos consumidores, bem mais do que à utilidade prática dos objetos comercializados.</p> <p>É correto o que se afirma em:</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) III, apenas.</p> <p>(C) I e II, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>8. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:</p> <p>(A) Somente no século XX tornou-se rotina os apelos comerciais nas páginas de jornais e revistas, buscando atingir o público consumidor.</p> <p>(B) Na preferência dos profissionais, devem as mensagens publicitárias apresentar-se como uma fábrica de realização de sonhos e fantasias.</p> <p>(C) Sempre foram prioritários, para os evangelistas, a divulgação dos princípios básicos da doutrina religiosa.</p> <p>(D) A linguagem publicitária, voltada para sonhos e fantasias, buscam atingir um público consumidor cada vez mais numeroso.</p> <p>(E) As vantagens utilitárias de um produto anunciado nem sempre garante o surgimento de um maior interesse do público consumidor.</p>



Atenção: As questões de números 9 a 15 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Um fantasma ronda as ciências humanas: o fantasma do darwinismo. O assédio começou em meados do século passado, nos confins de uma disciplina então incipiente, a etologia, que estuda o comportamento animal. O pressuposto desses pioneiros, zoólogos darwinistas, era de que o comportamento contribui para um maior ou menor sucesso evolutivo, sobretudo entre os animais sociais, os que cooperam entre si. Por consequência, também os comportamentos devem ter sido "selecionados" em termos evolutivos. Ou seja, teriam predominado ao longo do tempo as condutas que propiciaram a seus portadores viver mais e deixar prole mais numerosa.

A originalidade de Darwin foi vislumbrar uma seleção realizada não pelas mãos do homem, mas pelos imperativos do ambiente. A ferocidade da competição pela subsistência converteria toda pequena variação fortuita, desde que benéfica a seu possuidor, numa vantagem apreciável. Transmitida a seus descendentes sempre mais numerosos, essa variante acarretaria uma vantagem permanente na competição com os demais, até se tornar universal naquela espécie, quando todos os indivíduos que não a portassem já tivessem desaparecido sem deixar descendência. A acumulação desse processo ao longo de inúmeras gerações daria à luz novas espécies, numa diferenciação crescente entre elas. A natureza podia "esperar" que surgissem, da infinidade de variações entre os indivíduos, aquelas que por acaso se revelassem vantajosas e fadadas, portanto, a se disseminar, pois sua escala de tempo não era humana, mas sim geológica.

É uma ideia simples, quase óbvia. Atende com elegância aos requisitos científicos de parcimônia e amplitude explicativas. Impõe-se como consequência da conjugação de cinco fatores: alta fecundidade, variação individual, competição implacável, transmissão hereditária e tempo – muito tempo. De certa forma, ela deveria ser tão pouco surpreendente quanto a constatação de que a água de um rio assume exatamente a forma do leito e das barrancas.

(Darwin e seus descendentes, Otávio Frias Filho. **Revista Piauí**, ano 2, nº 18, março de 2008, p.34 a 38, com adaptações)

9. A referência final à água do rio exemplifica, considerando-se o contexto,

- (A) os benefícios das variações ocorridas no comportamento dos animais.
- (B) a disseminação das variações acidentais ao longo do tempo.
- (C) a ocorrência de fatores que permitiram a sobrevivência dos mais fortes.
- (D) a simplicidade e a clareza evidentes nas ideias de Darwin.
- (E) o embate surgido com a proposta de Darwin e os pressupostos religiosos.

10. Em outras palavras, a constatação a respeito do comportamento da água de um rio pode ser traduzida por:

- (A) estudo do comportamento animal.
- (B) um sucesso evolutivo.
- (C) adaptação aos imperativos do ambiente.
- (D) comportamentos selecionados pela evolução.
- (E) uma vantagem apreciável.

11. *A ferocidade da competição pela subsistência converteria toda pequena variação fortuita, desde que benéfica a seu possuidor, numa vantagem apreciável.* (2º parágrafo)

O segmento grifado acima denota, no contexto, noção de

- (A) condição.
- (B) proporcionalidade.
- (C) explicação.
- (D) finalidade.
- (E) temporalidade.

12. ... e tempo – muito tempo. (3º parágrafo)

O sentido do segmento acima, considerando-se o contexto, estabelece relação com a afirmativa referente

- (A) ao desaparecimento total de espécies ao longo do tempo.
- (B) à necessária amplitude de tempo para explicar alguns princípios científicos.
- (C) ao surgimento de novas espécies em substituição às que haviam desaparecido.
- (D) às vantagens permanentes transmitidas a algumas espécies.
- (E) à passagem do tempo em escala geológica, e não humana.

13. ... quando todos os indivíduos que não a portassem já tivessem desaparecido sem deixar descendência. (2º parágrafo)

O pronome grifado acima evita a repetição, no contexto, da expressão:

- (A) *A originalidade de Darwin.*
- (B) *A ferocidade da competição.*
- (C) *toda pequena variação fortuita.*
- (D) *essa variante.*
- (E) *uma vantagem permanente.*

14. *Ou seja, teriam predominado ao longo do tempo as condutas que propiciaram a seus portadores viver mais e deixar prole mais numerosa.* (final do 1º parágrafo)

As formas verbais grifadas acima indicam, respectivamente,

- (A) hipótese provável e fato ocorrido no passado.
- (B) condição fundamental e ação repetida no tempo.
- (C) desejo possível e ação prolongada até o presente.
- (D) fato possível de ser realizado e ação passada anterior a outra.
- (E) probabilidade futura e ação continuada no presente.

15. *A acumulação desse processo ao longo de inúmeras gerações daria à luz novas espécies, numa diferenciação crescente entre elas.* (2º parágrafo)

Considerando-se a regência do verbo grifado acima, o mesmo tipo de exigência se encontra na frase:

- (A) *O assédio começou em meados do século passado, nos confins de uma disciplina então incipiente, a etologia ...*
- (B) *... de que o comportamento contribui para um maior ou menor sucesso evolutivo, sobretudo entre os animais sociais ...*
- (C) *A originalidade de Darwin foi vislumbrar uma seleção realizada não pelas mãos do homem, mas pelos imperativos do ambiente.*
- (D) *A ferocidade da competição pela subsistência converteria toda pequena variação fortuita (...) numa vantagem apreciável.*
- (E) *Atende com elegância aos requisitos científicos de parcimônia e amplitude explicativas.*



Atenção: As questões de números 16 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Enquanto o desmatamento da Amazônia é motivo de clamor internacional, a devastação do cerrado passa quase despercebida, até mesmo no Brasil. O segundo maior bioma do país já perdeu 40% de sua cobertura original. Se forem contadas as áreas de pastagem manejadas, que utilizam o capim nativo em vez do plantado, o índice de ocupação chega a 56%.

Estudo da Universidade Federal de Goiás prevê redução de 40 mil km do bioma por década, se for mantido o ritmo atual de avanço da fronteira agrícola e pecuária. Isso trará consequências socioeconômicas e ambientais, como maior comprometimento das bacias hidrográficas de todo o bioma, com prejuízos diretos para os recursos hídricos, o solo e a biodiversidade da região. Os cálculos, feitos com base em imagens de satélites, sinalizam uma expansão da fronteira agrícola no cerrado em direção às regiões Norte e Nordeste, sobretudo Bahia, Piauí e Maranhão, onde é crescente o plantio de soja.

O cerrado se espalha por dez Estados e Distrito Federal. É considerado uma das savanas mais ricas do mundo devido ao contato biológico com biomas vizinhos. Em áreas do cerrado estão nascentes de importantes rios da Bacia Amazônica, do Prata e do São Francisco. Só os 40% já significam 800 mil km de devastação – uma área equivalente aos territórios de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. São 100 mil quilômetros a mais do que já foi desmatado na Amazônia. Ainda assim as savanas do cerrado estão longe de receber a atenção, a proteção ou os recursos destinados às florestas tropicais.

Parte da indiferença, segundo ambientalistas, nasce de uma percepção equivocada de que o cerrado é um bioma "pobre". Pesquisas recentes, entretanto, mostram tratar-se de uma savana riquíssima em espécies da fauna e da flora. Apesar de sua grande extensão, o bioma está na lista dos hotspots – as áreas de grande biodiversidade mais ameaçadas do planeta.

(Adaptado de João Domingos e Herton Escobar. **O Estado de S. Paulo**, 1 de março de 2009, Vida&, A21)

16. A afirmativa correta, de acordo com o texto, é:

- (A) O cerrado, por sua rica biodiversidade, está sendo incorporado aos projetos de defesa do meio ambiente, tal como se faz com o controle do desmatamento na região amazônica.
- (B) Apesar da enorme importância dos recursos hídricos e da biodiversidade do cerrado, sua cobertura original vem sendo destruída, especialmente pela expansão da agricultura e da pecuária na região.
- (C) A despreocupação com a proteção do cerrado, por parte dos ambientalistas, baseia-se na constatação de que seu solo é bastante favorável ao cultivo de grãos.
- (D) A enorme importância do cerrado é marcada principalmente por sua grande extensão, que abrange boa parte do território brasileiro, desde o Distrito Federal até o Rio Grande do Sul.
- (E) A aceleração do ritmo de devastação do cerrado despertou a atenção de ambientalistas em todo o mundo, originando críticas em nível internacional, tal como ocorre com a Amazônia.

17. Observa-se, no 4º parágrafo,

- (A) ressalva feita à opinião generalizada de que o bioma do cerrado tem pouca importância, marcada pelo uso da palavra *entretanto*.
- (B) valorização das *espécies da fauna e da flora* em contraste com o reconhecimento da pobreza do bioma do cerrado.
- (C) crítica às *pesquisas recentes* que apontam a indiferença de ambientalistas em relação aos *hotspots*, ameaçados de extinção.
- (D) oposição à ideia de que o cerrado esteja, realmente, ameaçado de extinção, por ser *uma savana riquíssima em espécies da fauna e da flora*.
- (E) restrição à afirmativa de que se trata de *uma savana riquíssima*, com o emprego da expressão *Apesar de sua grande extensão*.

18. *Só os 40% já significam 800 mil km de devastação – uma área equivalente aos territórios de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (3º parágrafo)*

Apesar de sua grande extensão, o bioma está na lista dos hotspots – as áreas de grande biodiversidade mais ameaçadas do planeta. (final do texto)

Considerando-se o emprego dos travessões nas frases acima, está INCORRETO o que se afirma em:

- (A) Nos dois exemplos, o travessão introduz um segmento explicativo do que vem sendo afirmado.
- (B) O emprego dos travessões indica uma pausa maior em cada um dos períodos, imprimindo destaque às afirmações seguintes.
- (C) Cada um dos travessões pode ser corretamente substituído por vírgula, sem alteração do sentido original da frase.
- (D) Os segmentos introduzidos pelo travessão, nos dois casos, poderiam vir entre parênteses.
- (E) O travessão imprime a cada um dos segmentos introduzidos por ele, respectivamente, sentido enumerativo e restritivo.



19. Cálculos do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, principal organismo estudar o cerrado, preveem que até 2020 cerca de 60 mil km poderão ser incorporados área agrícola da região, devido principalmente novas técnicas de plantio.

As lacunas da frase acima estarão corretamente preenchidas, respectivamente, por

- (A) a - a - a
- (B) a - à - a
- (C) à - à - a
- (D) à - a - à
- (E) a - à - à

20. *O desmatamento de florestas tropicais é condenado internacionalmente.*

Não há preocupação com a devastação do cerrado.

O cerrado é um bioma rico em espécies da fauna e da flora.

A devastação do cerrado gera consequências socioeconômicas e ambientais.

As afirmativas acima estão articuladas em um só período com lógica, clareza e correção em:

- (A) Sem a preocupação com a devastação do cerrado, o desmatamento de florestas tropicais é condenado internacionalmente, com consequências socioeconômicas e ambientais de um bioma rico em espécies da fauna e da flora.
- (B) A devastação do cerrado gera consequências socioeconômicas e ambientais, e como o desmatamento de florestas tropicais é condenado internacionalmente, apesar de que não há preocupação com a devastação do cerrado, um bioma rico em espécies da fauna e da flora.
- (C) O desmatamento de florestas tropicais é condenado internacionalmente, mas não há preocupação com a devastação do cerrado, o que gera consequências socioeconômicas e ambientais, por ser ele um bioma rico em espécies da fauna e da flora.
- (D) A devastação do cerrado, como o desmatamento de florestas tropicais que é condenado internacionalmente, não preocupa por suas consequências socioeconômicas e ambientais, sendo um bioma rico em espécies da fauna e da flora.
- (E) Sendo o cerrado um bioma rico em espécies da fauna e da flora, a devastação dele gera consequências socioeconômicas e ambientais, mas o desmatamento de florestas tropicais é condenado internacionalmente.

Atenção: As questões de números 21 a 25 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

21. A competência para processar e julgar os Embargos Infringentes opostos a acórdãos das Câmaras Criminais Isoladas é

- (A) do Presidente do Tribunal.
- (B) do Tribunal Pleno.
- (C) do Conselho de Magistratura.
- (D) das próprias Câmaras Criminais Isoladas.
- (E) das Câmaras Criminais Reunidas.

22. Dentre outras atribuições, compete ao Tribunal Pleno

- (A) processar e julgar originariamente, os Deputados Estaduais, nas infrações penais comuns, inclusive nas dolosas contra a vida e nos crimes de responsabilidade.
- (B) os pedidos de *Habeas-Corpus* e Mandados de Segurança, quando o constrangimento provier de atos de Secretário de Estado.
- (C) os Prefeitos Municipais nos crimes comuns e de responsabilidade.
- (D) as Revisões Criminais.
- (E) os Pedidos de Desaforamento de processos da competência do Tribunal do Júri.

23. Integram o Conselho da Magistratura o Presidente do Tribunal de Justiça, que o presidirá, o Vice-Presidente, Corregedores de Justiça e

- (A) o Secretário Geral do Tribunal.
- (B) dois advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) um representante do Ministério Público.
- (D) quatro Desembargadores eleitos.
- (E) os Presidentes das Câmaras Reunidas.

24. A respeito do preparo é INCORRETO afirmar:

- (A) Quando ambas as partes recorrem, inclusive adesivamente, basta que um dos recursos seja preparado, para que todos sejam julgados.
- (B) Sem o respectivo preparo, exceto os casos de isenção, que deva ser efetuado no Juízo de origem ou que venha a ser ordenado de ofício pelo Relator, pelo Tribunal ou seus Órgãos Fracionários, nenhum ato será praticado e nenhum processo será distribuído.
- (C) O preparo compreende todos os atos do processo, inclusive baixa dos autos, se for o caso, mas não dispensa as despesas de remessa e retorno.
- (D) Não havendo prazo previsto em lei, o preparo sob pena de deserção, deverá ser feito em dez (10) dias contados do despacho de admissão do recurso.
- (E) Os Mandados de Segurança, as Correções Parciais, as Ações Rescisórias e os Conflitos de competência suscitados pelas partes, serão preparados no ato de sua apresentação.



25. Considere as afirmativas a respeito da distribuição.

- I. Não concorrerá à distribuição que se fará no âmbito da turma a que pertencer o Desembargador que tiver requerido sua aposentadoria, desde a data em que for protocolado seu pedido.
- II. Sempre que possível, não se distribuirão Ações Rescisórias, Embargos Infringentes Cíveis e Embargos Infringentes e de Nulidade Criminais a magistrado que tiver tomado parte no julgamento anterior.
- III. Nas Revisões Criminais poderão ser sorteados Relatores os magistrados que tenham proferido decisão em qualquer fase do processo.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

Atenção: As questões de números 26 a 30 referem-se ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis – Lei nº 5.810/94.

26. Considere as seguintes licenças:

- I. por motivo de doença em pessoa da família;
- II. para o serviço militar e outras obrigações previstas em lei;
- III. para tratar de interesse particular;
- IV. para atividade política ou classista, na forma da lei;
- V. por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.

Ao servidor ocupante de cargo em comissão NÃO serão concedidas APENAS as licenças indicadas em

- (A) II e V.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) III e V.

27. Com relação as Diárias, é correto afirmar:

- (A) O servidor que não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituir integralmente o valor das diárias recebido, no prazo de trinta dias.
- (B) será concedida por dia de afastamento, sendo devida pelo terço, quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede.
- (C) no arbitramento não será considerado o local para o qual foi deslocado o funcionário, devendo ser observada a tabela padrão de pagamento do Tribunal.
- (D) caberá a concessão pela metade, quando o deslocamento do servidor constituir exigência permanente do cargo.
- (E) serão pagas antecipadamente e isentam o servidor da posterior prestação de contas.

28. Considere as afirmativas abaixo a respeito das responsabilidades.

- I. Em regra, não há responsabilidade civil do servidor decorrente de ato omissivo culposo que resulte em prejuízo ao erário.
- II. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- III. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
- IV. A obrigação de reparar dano causado por servidor não se estende aos sucessores, tratando-se de obrigação personalíssima decorrente de cargo ou emprego público.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) II, III e IV.

29. O servidor público efetivo que falta ao serviço, sem causa justificada, por 60 dias intercaladamente, durante o período de 12 meses e o servidor público efetivo que lograr proveito pessoal, valendo-se do cargo, em detrimento da dignidade da função pública, sofrerão a penalidade de

- (A) suspensão.
- (B) demissão.
- (C) demissão e suspensão, respectivamente.
- (D) suspensão e demissão, respectivamente.
- (E) demissão e repreensão, respectivamente.

30. A ação disciplinar prescreverá em

- (A) três anos, quanto à cassação de aposentadoria.
- (B) três anos, quanto às infrações puníveis com demissão.
- (C) dois anos, quanto à penalidade de suspensão.
- (D) noventa dias, quanto à penalidade de repreensão.
- (E) seis meses, quanto à penalidade de repreensão.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Os princípios da Administração Pública que têm previsão expressa na Constituição Federal são:

- (A) autotutela, publicidade e indisponibilidade.
- (B) legalidade, publicidade e eficiência.
- (C) moralidade, indisponibilidade e razoabilidade.
- (D) publicidade, eficiência e indisponibilidade.
- (E) eficiência, razoabilidade e moralidade.

32. Quando se diz que a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, estamos diante do princípio da

- (A) especialidade.
- (B) legalidade ou veracidade.
- (C) impessoalidade ou finalidade.
- (D) supremacia do interesse público.
- (E) indisponibilidade.

33. Princípio da eficiência na Administração Pública é o dever

- (A) do administrador de indicar os fundamentos de fato e de direito de suas decisões.
- (B) que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.
- (C) a que se impõe a Administração de atuar segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- (D) segundo o qual a Administração só pode agir segundo a lei, jamais contra ou além da lei.
- (E) pelo qual se exige do administrador atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências.

34. O Poder vinculado da Administração Pública,

- (A) só tem aplicação no âmbito do Poder Judiciário, mais especificamente no Supremo Tribunal Federal.
- (B) permite ao administrador praticar o ato administrativo com liberdade de escolha quanto à conveniência, oportunidade e conteúdo.
- (C) é um dos princípios expressos na Constituição Federal.
- (D) significa que o administrador não precisa observar os elementos e requisitos previstos na lei.
- (E) é o que a lei confere à Administração para a prática de atos de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização.

35. Em razão do poder discricionário,

- (A) o administrador pode aplicar qualquer penalidade ao funcionário faltoso mesmo que não expressamente prevista na Lei do Regime Jurídico dos Servidores da União.
- (B) o administrador tem livre arbítrio para a prática do ato administrativo.
- (C) a competência para a prática do ato administrativo é automaticamente delegada para a autoridade subordinada.
- (D) o administrador tem liberdade de ação administrativa dentro dos limites permitidos em lei.
- (E) o ato administrativo deve sempre observar o conteúdo imposto pela lei que o autorizou.

36. Sobre os poderes administrativos, é correto afirmar:

- (A) sob o enfoque de que os atos podem ser originários e derivados, o poder regulamentar é de natureza derivada, ou secundária.
- (B) poder de polícia é a atividade exercida pela polícia civil e pela polícia militar, respectivamente, na apuração da infração penal e na manutenção da ordem pública.
- (C) poder hierárquico é a faculdade de punir as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.
- (D) poder regulamentar é o de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes.
- (E) o dever de prestar contas é um dos princípios expressos no art. 37, da Constituição Federal.

37. A respeito dos requisitos, ou elementos, do ato administrativo, considere:

- I. Competência é o poder legal conferido ao agente público para o desempenho específico das atribuições de seu cargo.
- II. Delegação de competência é o ato pelo qual o superior hierárquico traz para si o exercício temporário de parte da competência atribuída originariamente a um subordinado.
- III. Motivo é a situação de direito ou de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.



38. Sobre a discricionariedade e vinculação do ato administrativo, é correto que:
- (A) estabelecendo a Lei nº 8.112/90 que as férias podem ser parceladas em até três etapas, se assim o requerer o servidor e no interesse da administração pública, o agente que defere o parcelamento está praticando ato vinculado.
- (B) a vinculação significa que a lei estabelece os requisitos e condições da realização do ato, ressalvadas a oportunidade e a conveniência da sua prática.
- (C) em razão da discricionariedade ficam dispensados de cumprimento os princípios da impessoalidade na prática do ato administrativo.
- (D) na vinculação, uma vez atendidas as condições legais, o ato tem que ser realizado; faltando qualquer elemento exigido na lei torna-se impossível sua prática.
- (E) a discricionariedade do ato significa que o administrador pode praticar o ato administrativo com liberdade de escolha quanto ao seu conteúdo e destinatário, mas não quanto à conveniência.
-
39. Com referência às espécies do ato administrativo, considere:
- I. Atos ordinatórios são atos administrativos internos, que visam a disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional dos seus agentes.
- II. As circulares internas, os avisos e as ordens de serviço são exemplos de atos normativos.
- III. Nos atos negociais encontra-se presente o atributo da imperatividade.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.
-
40. Sobre os requisitos e atributos do ato administrativo é correto afirmar:
- (A) a imperatividade é atributo presente em todos os atos administrativos.
- (B) finalidade é requisito discricionário de qualquer ato administrativo.
- (C) autoexecutoriedade consiste na possibilidade que certos atos administrativos ensejam de imediata e direta execução pela própria Administração, independentemente de ordem judicial.
- (D) a forma escrita é da essência do ato administrativo, não sendo admitida outra forma.
- (E) nem todo ato administrativo tem por objeto a criação, modificação ou comprovação de situações jurídicas concernentes a pessoas, coisas ou atividades sujeitas à ação do Poder Público.
-
41. A anulação do ato administrativo NÃO pode ocorrer
- (A) por questão de mérito administrativo.
- (B) nos atos vinculados.
- (C) com efeito retroativo, valendo a anulação a partir da data da sua decretação.
- (D) por iniciativa da própria Administração.
- (E) por determinação do Poder Judiciário, mesmo que provocado pelo interessado.
-
42. Tocante à revogação e extinção do ato administrativo emanado do Poder Executivo, é correto afirmar que:
- (A) verifica-se a extinção natural quando desaparece o próprio objeto do ato praticado.
- (B) a revogação pode ser determinada pelo Poder Judiciário à vista da ilegalidade do ato.
- (C) o Poder Judiciário pode revogar o ato por inconveniente se for provocado por terceiro prejudicado.
- (D) ocorre a extinção subjetiva quando se verifica o cumprimento normal dos efeitos do ato.
- (E) a revogação é ato exclusivo da Administração e tem cabimento quando o ato tornou-se inoportuno ou inconveniente.
-
43. Quanto aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, considere as assertivas abaixo.
- I. É livre a manifestação do pensamento, permitido o anonimato.
- II. É vedada a assistência religiosa nas entidades militares de internação coletiva, salvo nas civis.
- III. Todos deverão ser compelidos a associar-se ou a permanecer associado a sindicato na vigência do contrato de trabalho.
- IV. Não haverá juízo ou tribunal de exceção.
- V. A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) IV e V.
- (B) III e IV.
- (C) II e V.
- (D) I, II e III.
- (E) I, III e V.
-
44. NÃO constitui princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais:
- (A) não-intervenção.
- (B) independência nacional.
- (C) igualdade entre os Estados.
- (D) determinação dos povos.
- (E) concessão de asilo político.
-
45. Nos termos da Constituição Federal, a prática do racismo constitui
- (A) delito afiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção e multa.
- (B) contravenção inafiançável e prescritível, sujeita à pena de reclusão.
- (C) crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.
- (D) contravenção afiançável e prescritível, sujeito à pena de prisão simples, detenção e/ou reclusão.
- (E) crime inafiançável e prescritível, sujeito à pena de prisão simples, detenção e/ou reclusão e multa.



46. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social,
- (A) remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em vinte por cento a do normal.
 - (B) remuneração do trabalho noturno inferior a do diurno.
 - (C) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
 - (D) assistência gratuita aos filhos e subsidiada aos dependentes desde os dois anos até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.
 - (E) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
47. Klaus Werner, de origem alemã, adquiriu a nacionalidade brasileira após regular processo de naturalização. Assim, poderá ele exercer dentre outros, o cargo de
- (A) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) Vice-Presidente da República.
 - (C) Ministro da Fazenda.
 - (D) Oficial das Forças Armadas.
 - (E) Presidente da Câmara dos Deputados.
48. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os
- (A) analfabetos.
 - (B) maiores de dezoito anos.
 - (C) maiores de setenta anos.
 - (D) maiores de dezesseis anos e menores de dezoito.
 - (E) conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.
49. O espaço pertencente a União e designado como “faixa de fronteira”, considerado fundamental para a defesa do território nacional, constitui a faixa de até
- (A) cento e oitenta quilômetros de comprimento, ao longo das fronteiras aéreas e marítimas.
 - (B) duzentas milhas de comprimento, ao longo das fronteiras terrestres e marítimas.
 - (C) duzentos quilômetros de largura, ao longo das fronteiras aéreas e terrestres.
 - (D) cento e cinquenta milhas de largura, ao longo das fronteiras aéreas e terrestres.
 - (E) cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres.
50. O servidor público será compulsoriamente aposentado, aos
- (A) setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
 - (B) sessenta e cinco anos de idade, com vencimentos integrais.
 - (C) sessenta e seis anos de idade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.
 - (D) setenta e cinco anos de idade, com vencimentos integrais.
 - (E) sessenta anos de idade, com proventos integrais ao tempo de contribuição.
51. Aos juízes é permitido, nos termos da Constituição Federal,
- (A) exercer a advocacia no juízo do qual se afastou, a partir do afastamento do cargo por exoneração.
 - (B) dedicar-se à atividade político-partidária.
 - (C) receber, a qualquer título, participação em processo.
 - (D) exercer na ativa ou em disponibilidade uma única função de magistério.
 - (E) perceber, em qualquer hipótese, contribuições de pessoas físicas ou entidades públicas.
52. Quanto a escolha e nomeação do Procurador-Geral da República é INCORRETO afirmar que
- (A) a aprovação do seu nome se dará pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.
 - (B) terá mandato de dois anos, permitida a recondução.
 - (C) deverá ter mais de trinta e cinco anos de idade.
 - (D) será nomeado pelo Presidente da Câmara dos Deputados.
 - (E) será escolhido dentre integrantes da carreira do Ministério Público da União.
53. Compete privativamente a União legislar sobre Direito
- (A) Tributário.
 - (B) Processual.
 - (C) Financeiro.
 - (D) Penitenciário.
 - (E) Econômico.
54. Um cidadão pretende ter assegurado o conhecimento de informações relativas à sua pessoa, constantes de registros de determinada entidade governamental. Para isso, a Constituição Federal garante a ele a impetração de
- (A) ação popular.
 - (B) *habeas corpus*.
 - (C) mandado de segurança.
 - (D) mandado de injunção.
 - (E) *habeas data*.
55. Dentre as condições de elegibilidade para o cargo de Deputado Estadual, exige-se a idade mínima de
- (A) vinte e um anos.
 - (B) dezoito anos.
 - (C) vinte e cinco anos.
 - (D) trinta anos.
 - (E) trinta e cinco anos.
56. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, far-se-ão, observados outros requisitos de ordem constitucional, por
- (A) medida provisória.
 - (B) decreto-lei.
 - (C) lei estadual.
 - (D) resolução do Congresso Nacional.
 - (E) lei orgânica municipal.



<p>57. Nas obrigações alternativas,</p> <p>(A) pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.</p> <p>(B) a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.</p> <p>(C) pode o credor exigir do devedor a receber parte em uma prestação e parte em outra.</p> <p>(D) a escolha cabe ao devedor, se algo diferente não foi estipulado.</p> <p>(E) se uma das duas prestações tornar-se inexecutável, não substituirá o débito quanto à outra.</p>	<p>62. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o profissional liberal responde pelos danos causados em razão da prestação de serviços</p> <p>(A) se o consumidor não foi suficientemente alertado a respeito dos eventuais riscos do serviço prestado.</p> <p>(B) independentemente da apuração de culpa.</p> <p>(C) se o serviço mesmo que não defeituoso, pudesse ser realizado de maneira melhor em virtude da superveniência de novas técnicas.</p> <p>(D) se os eventuais defeitos constatados se deverem a culpa exclusiva de terceiro.</p> <p>(E) se o dano apurado se concretizou a despeito de o prejudicado ter tomado as devidas cautelas ao contratar o serviço.</p>
<p>58. Quando o objeto do ato jurídico for impossível, será</p> <p>(A) por inteiro discricionário.</p> <p>(B) retificável em parte.</p> <p>(C) totalmente nulo em qualquer circunstância.</p> <p>(D) sempre anulável.</p> <p>(E) aceitável se as partes assim o quiserem.</p>	<p>63. A respeito do domicílio, é correto afirmar que:</p> <p>(A) se confunde com habitação ou moradia.</p> <p>(B) não é o local onde responde por suas obrigações.</p> <p>(C) não é o local onde a pessoa estabelece a sua residência com ânimo definitivo.</p> <p>(D) é o local onde a pessoa pratica habitualmente seus atos e negócios jurídicos.</p> <p>(E) a residência não é elemento do conceito de domicílio.</p>
<p>59. No que concerne ao prazo decadencial:</p> <p>(A) cada caso concreto pode ser solucionado à luz de suas circunstâncias.</p> <p>(B) prescinde da violação do direito, desde que convencionalmente.</p> <p>(C) não pode ter como nascedouro a vontade das partes.</p> <p>(D) pode ter como nascedouro a vontade das partes.</p> <p>(E) tem início quando um direito subjetivo está atrelado a um prazo certo de exercício.</p>	<p>64. Levando em conta que as pessoas jurídicas de direito privado respondem pelos atos culposos de seus empregados e prepostos, é certo afirmar que:</p> <p>(A) a vítima não pode acionar a pessoa jurídica ou o empregado.</p> <p>(B) seus diretores não respondem.</p> <p>(C) seus conselheiros e administradores não respondem.</p> <p>(D) não subsiste responsabilidade solidária.</p> <p>(E) respondem também pelos atos de seus órgãos.</p>
<p>60. NÃO é exemplo do domicílio necessário o do</p> <p>(A) incapaz, que é o mesmo de seu representante legal.</p> <p>(B) cigano, que é o local onde for encontrado.</p> <p>(C) funcionário público, que é o local onde estiver servindo.</p> <p>(D) militar, que é onde estiver servindo.</p> <p>(E) preso, que é onde estiver cumprindo a pena.</p>	<p>65. Considerando que a ideia de personalidade exprime a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair obrigações, diante do Direito Positivo, é correto afirmar que:</p> <p>(A) apenas o ser humano é dotado de personalidade.</p> <p>(B) os órgãos públicos, o espólio, a massa falida e a herança jacente são dotados de personalidade.</p> <p>(C) todos os seres humanos e os entes morais (sociedades, associações e fundações) são dotados de personalidade.</p> <p>(D) apenas o ser humano com capacidade plena é dotado de personalidade.</p> <p>(E) para ser pessoa, não basta existir para adquirir personalidade</p>
<p>61. De acordo com o que estabelece o Código Civil, para que o ato jurídico seja válido o agente tem que ser capaz. Essa imposição exige que o agente</p> <p>(A) não tenha tido seus direitos políticos suspensos.</p> <p>(B) possua a capacidade de gozo, a capacidade de direito e a capacidade de aquisição.</p> <p>(C) tenha em qualquer circunstância mais de 18 anos de idade.</p> <p>(D) não seja interdito.</p> <p>(E) possua a capacidade de fato, a capacidade de ação e a capacidade de exercício.</p>	<p>66. De acordo com o que estabelece o Código Civil, são absolutamente incapazes</p> <p>(A) os pródigos em quaisquer circunstâncias.</p> <p>(B) aqueles que, mesmo por causa transitória, não tiverem condições de exprimir sua vontade.</p> <p>(C) os menores de 18 anos.</p> <p>(D) os excepcionais sem desenvolvimento mental completo.</p> <p>(E) os alcoólatras e os viciados na ingestão de substâncias estupefacientes.</p>



67. Em se cuidando de responsabilidade dos pais pela prática de atos ilícitos praticados pelos filhos menores, é correto afirmar que:
- (A) o simples afastamento da casa paterna pelo filho, elide a responsabilidade dos genitores.
 - (B) os pais não responderão se positivado que não houve culpa.
 - (C) para que se eximam de responsabilidade, os pais não necessitam demonstrar que o filho autor do ato tido como ilícito não se encontrava sob seu poder ou em sua companhia.
 - (D) os pais são responsáveis pela reparação civil decorrente de atos ilícitos praticados pelos filhos que estiverem sob seu poder e em sua companhia.
 - (E) os pais respondem primeiramente com seu patrimônio, mas se não o tiverem, ou se insuficiente, não poderá ser atingido o patrimônio do menor.
68. Cuidando-se de contrato, tem-se que a boa-fé é um conceito ético, moldado nas ideias de proceder com correção e o propósito de a ninguém prejudicar, sendo correto afirmar que:
- (A) quando uma cláusula contratual apresenta-se claramente duvidosa não deve obrigatoriamente ser tida como inválida.
 - (B) a teoria da aparência está baseada no princípio de boa-fé.
 - (C) a interpretação do contrato pode colidir com o seu conteúdo em qualquer circunstância.
 - (D) o princípio da força vinculante do contrato ou da obrigatoriedade das convenções, não encontra limites em nenhuma hipótese.
 - (E) o princípio da autonomia da vontade não encontra limites no princípio da supremacia da ordem pública.
69. Tratando-se de incapacidade das pessoas, é certo afirmar que
- (A) o relativamente incapaz não pode fazer testamento ainda que assistido.
 - (B) a incapacidade relativa não permite que o incapaz pratique atos da vida civil, mesmo que assistido.
 - (C) a incapacidade absoluta acarreta a proibição total do exercício, por si só, do direito.
 - (D) o relativamente incapaz para inscrever-se como eleitor, necessita da assistência de seu representante legal.
 - (E) a incapacidade relativa pode ser suprida, ao passo que a incapacidade absoluta não pode ser suprida.
70. O Código Civil estabelece que não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido, sendo correto dizer que
- (A) se por engano ou erro de pontaria terceira pessoa vier a ser atingida, o agente ainda que agindo em legítima defesa deve reparar o dano.
 - (B) o agente que tiver agido com erro de pontaria atingir terceiro, não terá direito à ação regressiva contra o injusto agressor.
 - (C) a legítima defesa putativa praticada contra o agressor deixa de ser ato ilícito apesar do dano causado, e impede a ação de ressarcimento de danos.
 - (D) só a legítima defesa putativa, e praticada contra o agressor deixa de ser ato ilícito.
 - (E) se o ato foi praticado contra o próprio agressor, e em legítima defesa, não há falar em ação de ressarcimento em favor de terceiro eventualmente atingido pelo do agente.